

As eleições de 1994 em Santa Catarina

Yan de Souza Carreirão

Prof. do Departamento de Ciências Sociais da Universidade
Federal de Santa Catarina

O objetivo deste artigo é analisar os resultados das eleições de 1994, no estado de Santa Catarina, focalizando os impactos mais expressivos sobre o sistema político estadual, tais como a ruptura da coalisão conservadora e o surgimento de um sistema partidário composto por três grandes partidos e outros dois menores. O artigo questiona a tese largamente difundida através da mídia, de que o eleitorado tem atitudes caóticas. De acordo com essa teoria, os eleitores votariam em candidatos com tendências políticas completamente opostas, para cada cargo em disputa. Mas isto não pareceu acontecer nas eleições de 1994.

This article aim is to analyse the results os the 1994' elections in Santa Catarina State. It focuses the main impacts in the state political system such us the rupture of the conservative coalition and the emergency of a party system with three big parties and two minor ones. The article dis-cusses the thesis largely published by the media that the electorate has chaotic attitudes. According to that, the electorate would vote in the candidates with political tendencies completely opposite to each political post dispute. That is not what seemed to happen in the 1994' elections.

As eleições para Governador

Após um complicado processo de negociações – influenciado fortemente pelos arranjos nacionais e onde o momento-chave é a saída de Esperidião Amin do pleito estadual – acabam por se constituir quatro candidaturas ao governo do Estado de Santa Catarina, em 1994. De um lado, negociavam os partidos da União por Santa Catarina – coligação envolvendo PPR, PFL e vários pequenos partidos conservadores – que já governavam o Estado desde as últimas eleições; de outro, os partidos que, nas eleições de 1990, formaram a Frente Popular (PDT, PT, PSB, PCB/PPS e PCdoB), além de PSDB e PMDB.

No âmbito da União, havia consenso em torno do nome de Esperidião Amin. Porém, com a desistência deste à candidatura ao governo (para concorrer à Presidência, no lugar de Maluf), a coligação implode. PPR e PFL acabam por sair com candidatos próprios, já que Jorge Bornhausen também já havia se comprometido com a candidatura de FHC (sendo, portanto, inviável manter a coligação com o PPR no Estado, com Amin candidato à presidência). As bases partidárias, por outro lado, pressionavam para a manutenção da União, o que acaba ocorrendo no âmbito das eleições proporcionais.

Entre os partidos do centro à esquerda, o PMDB tentava articular uma coligação, preferencialmente com o PSDB e o PDT. Estes se dividiam entre esse tipo de coligação – com maior viabilidade eleitoral, mas em situação menos vantajosa, para eles na chapa majoritária – e uma coligação mais à esquerda, com os partidos que haviam formado antes a Frente Popular (já que uma coligação mais abrangente, unindo toda a esquerda e centro-esquerda ao PMDB era vetada pelo PT). Até a saída de Amin do pleito estadual, era a primeira dessas opções a mais provável, visto que, contra o favoritismo de Amin, haveria que se constituir uma chapa forte. Com a saída de Amin, a segunda opção prevalecerá: forma-se a Frente Popular, que repete a coligação feita em 1990, incluindo agora o PSDB (que, então, havia saído isoladamente). Sobra ao PMDB, coligar-se com partidos pouco expressivos, como o PSD, PV, PRP e PMN.

Ao final das negociações, prevalece o seguinte quadro: pelo PPR, a candidata é Ângela Amin, esposa de Esperidião Amin, que se projetou na política a partir de sua atuação como primeira-dama, especialmente por sua gestão no projeto Pró-Criança e pela “ação comunitária” desenvolvida através da LADESC (Liga de Apoio ao Desenvolvimento Social Catarinense) nesse período¹. A partir daí, e capitalizando o prestígio político do marido, elegeu-se a vereadora mais votada em Florianópolis no ano de 1988 e a deputada federal também mais votada no Estado, em 1990. Sua campanha baseou-se num discurso centrado na “família catarinense”, quando se propunha a “fazer pela família o que já havia feito pela criança” (através do Pró-Criança).

Pelo PFL sai Jorge Bornhausen. Membro da mais longeva oligarquia do Estado, tradicionalmente ligada ao setor financeiro, JKB foi vice-governador em 1965 (a partir de manobra jurídica visando viabilizá-lo como substituto do vice que havia sido cassado) e governador nomeado, entre 1979 e 1982. Foi também ministro no governo da “Nova República”. A única eleição de que participou e venceu, por 1500 votos de diferença, foi a de senador, em 1982 (uma das eleições mais contestadas, em termos de legitimidade, no Estado). Seu prestígio político se deve principalmente a seu talento como articulador, além de suas vinculações orgânicas com o empresariado.

Sua estratégia básica de campanha foi atrelá-la totalmente à campanha de FHC (a ponto de dizer em debate, na TV, que, se o eleitor não fosse votar em FHC, seria melhor votar em outro candidato ao governo do Estado que não ele próprio). O ponto decisivo de sua campanha realmente se deu quando da primeira vinda de FHC ao Estado como candidato: JKB consegue que FHC declare claramente seu apoio a ele (já que o candidato da Frente Popular também disputava esse apoio).

1 Há críticas consideráveis ao programa Pró-Criança e a “ação comunitária” foi em grande parte uma estratégia de relacionamento clientelista com as comunidades, mas os resultados político-eleitorais dessas ações foram muito positivos para Ângela Amin.

Um dado importante da campanha foi a exacerbação dos ânimos entre lideranças importantes do PPR e do PFL (que até ali vinham solidamente unidas desde pelo menos 1990), a partir da 2ª semana de agosto. Neste nível de cúpula há troca de acusações e ameaças, embora as bases do partido se esforcem por manter a União.

Pelo PMDB (Coligação com PSD, PV, PMN e PRP) concorre Paulo Afonso Vieira: político de perfil moderado, foi o mais jovem dos concorrentes. Em uma rápida carreira política, elegeu-se deputado estadual em 1986, tendo ocupado o cargo de Secretário Estadual de Finanças do governo Pedro Ivo/Casildo Maldaner (PMDB), entre dezembro de 1988 e março de 1990. Em 1990 foi candidato ao governo estadual pelo partido, tendo ficado em 2º lugar. De lá para cá perseguiu de forma persistente seu projeto de ser governador, tendo ficado praticamente 4 anos em campanha.

Em relação à candidatura de Quércia, o partido praticamente não se engajou em SC, embora não houvesse críticas declaradas ao candidato e a única defecção importante tivesse sido a do prefeito de Blumenau, que apoiou FHC no plano nacional.

O candidato da Frente Popular (PDT, PT, PSDB, PSB, PPS, PCdoB), foi Nelson Wedekin (oriundo do setor “progressista” do PMDB, partido pelo qual foi eleito em 1986, filiou-se ao PDT em 1989). As negociações para a formação da Frente resultaram numa composição complicada para a chapa majoritária, com o candidato a governador sendo do PDT, o candidato a vice, do PSDB, e os dois candidatos ao senado, do PT. O complicador foi o fato do candidato a vice (ex-deputado federal e empresário Wilson de Souza, do PSDB) apoiar FHC para a presidência. Além disso o próprio candidato ao governo tentou mostrar que tinha livre trânsito não só com Brizola e Lula (que o apoiavam), mas também com o candidato tucano à presidência. Além dessa tentativa de se aproximar da candidatura FHC não ter tido resultados práticos (pois FHC manifestou apoio a Jorge Bornhausen), esse jogo foi criticado pelo PT, cujos militantes – que já não tinham grande apreço pelos candidatos a governador e a vice – acabaram não se engajando na campanha ao governo do Estado.

A candidata Ângela Amin venceu o 1º turno por boa margem de votos, alcançando 36,5% do total dos votantes e obteve mais votos que a soma dos votos do 2º e 3º colocados. Por pouco, ela não vence já no 1º turno, pois dos votos válidos, obteve quase 46%. Mesmo tendo sido a deputada federal mais votada em 1990, esse resultado é muito significativo, pois antes da campanha ela ainda não tinha consolidado o perfil de uma peça chave no xadrez político catarinense. Além disso, sua vitória foi disseminada em todo o Estado: venceu em 213 dos 260 municípios; das 22 microregiões, apenas em uma (Sul) ela não foi a mais votada.

O Quadro 1 informa os resultados do 1º turno da eleição para governador :

QUADRO 1 – Resultados eleitorais para governador 1º turno – SC / 1994

Candidato	Partido	Nº votos	votos(%)
Ângela Amin	PPR	1.001.466	36,5
Paulo Afonso	PMDB (1)	742.643	27,1
Jorge K. Bornhausen	PFL	240.783	8,8
Nelson Wedekin	FP (2)	199.045	7,3

Fonte: TRE/SC.

(1) PMDB/PSD/PV/PMN/PRP

(2) Frente Popular (PDT/PT/PSBD/PSB/PPS/PCdoB)

OBS: Brancos = 419.903 = 15,3%; Nulos = 136.591 = 5,0%

Alguns dos fatores que permitem entender esta performance são:

- a) a capitalização do prestígio de Esperidião Amin, ao longo de sua carreira política;
- b) suas atuações como 1ª dama (como já foi comentado) e, em menor proporção, nos cargos de vereadora da capital e de deputada federal, lhe trouxeram dividendos políticos que em sua campanha soube explorar: seu discurs-

so sobre a família, tendo como referência anterior o Pró-Criança parece ter tido boa aceitação;

- c) uma imagem menos desgastada do que a dos políticos--homens lhe foi favorável, especialmente junto ao público feminino (onde, as pesquisas apontavam, a candidata tinha maiores proporções de intenções de voto);
- d) a estrutura partidária do PPR. O partido estava estruturado em todos os municípios e contava com o maior número de filiados no Estado. Essa estrutura foi importante para a candidata, mas não é explicativa de sua diferença frente ao candidato do PMDB, com uma estrutura partidária quase igual. Quanto ao uso das máquinas administrativas estadual e municipais, não houve muitas denúncias, sendo difícil mensurar a importância desse recurso no resultado eleitoral.

O candidato do PMDB, que em 1990 havia obtido 22,4% dos votos, obtém agora 27,1%, aumentando um pouco, portanto, a sua votação. Jorge Bornhausen, confirmou sua fama de político elitista e “ruim de voto”, com menos de 10% dos votos. A estratégia de se “colar” à candidatura de FHC teve efeitos limitados, portanto. Quanto a Nelson Wedekin, parte de sua baixa votação pode ser atribuída às divergências internas da composição que o apoiou e, à militância petista que, praticamente, não participou de sua campanha. Porém, historicamente, Wedekin vinha, desde o final dos anos 80, perdendo parcelas de seu eleitorado.

Os realinhamentos partidários para o 2º turno foram francamente favoráveis ao candidato peemedebista, contribuindo de forma fundamental para sua vitória, revertendo os resultados do 1º turno. O rompimento entre Jorge Bornhausen e os Amin se efetivou. Bornhausen apoiou claramente Paulo Afonso, levando consigo boa parte do PFL, embora uma parte deste partido tenha apoiado Ângela Amin. PSDB e PDT também encamparam a campanha de Paulo Afonso. No PT, as principais lideranças do partido pediram voto para o candidato do PMDB, embora com resistências nas bases do partido.

A campanha no 2º turno foi mais apimentada do que no 1º, onde não houve, praticamente, acusações pessoais. Agora, surgiram uma série de acusações contra a candidata do PPR:

- a) denúncia, feita por jornalista sediado em SC, através da coluna de Jânio de Freitas (FSP), de que Esperidião e Ângela Amin haviam feito uma transação ilegal relativa a um empréstimo para compra de um terreno, anos atrás;
- b) acusação de nepotismo: surge uma lista com mais de uma dezena de parentes de Ângela Amin que ocupavam cargos públicos. Segundo a denúncia, vários deles teriam sido conseguidos sem concurso público;
- c) denúncia (comprovada) da existência de um acordo (por escrito: a “Ata Amin”) entre a candidata e seu vice, em que ela se comprometia a apoiá-lo, a ser candidato ao governo nas eleições de 1998.

Todas essas acusações não foram feitas diretamente pelo candidato do PMDB, que mantinha sua posição de “cavalheiro”. Elas saíram de pessoas ligadas a Jorge Bornhausen, que radicaliza a ruptura com o casal Amin.

O próprio governador Antônio Carlos Konder Reis, político muito respeitado no Estado e membro do PPR, se diz traído pela “Ata Amin”. Já havia declarado seu voto a Bornhausen (seu primo) no 1º turno e, neste momento, deu mostras de que apoiava o candidato do PMDB.

Todas essas denúncias trouxeram um enorme desgaste à candidata do PPR. Tudo isto, aliado aos realinhamentos políticos ocorridos, entre o final do 1º e início do 2º turnos, tiveram importância decisiva na reversão dos resultados, levando à vitória do candidato do PMDB no 2º turno.

O Quadro 2 compara as votações dos candidatos no 1º e 2º turnos das eleições para governador.

Como pode se ver, entre o 1º e o 2º turnos, a candidata do PPR conseguiu aumentar sua votação em cerca de 246 mil votos, enquanto o candidato do PMDB aumentou 545 mil. Isto foi possí-

vel, em parte pela diminuição da taxa de alienação eleitoral (abstenção + brancos + nulos), aumentando o número total de votos válidos. Além disso, deve ter ocorrido uma forte migração dos votos que no 1º turno foram dados ao candidato da Frente Popular, para o candidato peemedebista (no 2º turno). Além do apelo das principais lideranças da Frente Popular, as pesquisas eleitorais do 2º turno revelaram esta tendência de migração. Quanto aos votos que no 1º turno foram dados ao candidato do PFL, as pesquisas indicavam uma maior divisão, com maior tendência para o candidato peemedebista. Como será visto mais adiante, a análise de correlação aponta índice de correlação maior da votação no candidato pefelista no 1º turno com a votação de Ângela Amin (0,32), do que com a de Paulo Afonso (0,14), no 2º turno. Embora não se possa tirar conclusões para o comportamento individual a partir da análise ideológica, esse dado pode ser um indício de que o eleitorado de Bornhausen realmente se dividiu no 2º turno (reproduzindo também a divisão das lideranças pefelistas). A dinâmica de um 2º turno é totalmente diversa da de um 1º, podendo inverter inclusive os votos dados no 1º turno a um dos candidatos que passou ao 2º. Isso pode ter ocorrido também, especialmente em relação a uma parcela do eleitorado de Ângela Amin, devido ao bombardeio de acusações contra ela no 2º turno. Além de todos esses movimentos, Paulo Afonso deve ter se beneficiado em maior grau, talvez, do contingente de eleitores que no 1º turno decidiu não votar, ou votou branco e nulo.

QUADRO 2 – Resultados eleitorais para governador 1º e 2º turnos – SC / 1994

Candidatos a governador	Sigla	1º turno		2º turno	
	Partido	Nº votos	votos (%)	Nº votos	votos (%)
Ângela Amin	PPR	1.001.466	36,5	1.247.562	39,5
Paulo Afonso	PMDB (1)	742.643	27,1	1.288.044	40,8
Jorge Bornhausen	PFL	240.783	8,8	—	—
Nelson Wedekin	FP (2)	199.045	7,3	—	—

Fonte: TRE/SC. PMDB/PSD/PV/PMN/PRP

(2) Frente Popular (PDT/PT/PSBD/PSB/PPS/PCdoB)

A eleição para Presidente da República

Vemos no Quadro 3, que os resultados de SC destoam do nacional especialmente no seguinte: em SC, FHC teve cerca de 15% dos votos, a menos do que a nível nacional, enquanto Amin teve cerca de 17% a mais. Quanto aos demais candidatos há pouquíssimas variações entre os níveis estadual e nacional.

Embora a partir dos dados assim agregados não se possa comprovar. Uma hipótese possível é a de que em SC, boa parte do eleitorado que votou em Amin poderia ser de potenciais eleitores de Fernando Henrique, caso Amin não tivesse sido candidato.

O resultado revela que Amin, apesar do desgaste político, internamente em seu próprio partido e aos demais que compunham a União por Santa Catarina (por ter sido apontado como o principal responsável pela dissolução da União e a conseqüente perda do governo do Estado), acabou por ter uma boa votação junto ao eleitorado catarinense. Especialmente se se considerar que as pesquisas indicavam persistentemente que Amin contava com apenas 2% das intenções de votos a nível nacional. Mesmo com a tendência ao voto útil, ele obteve uma boa votação.

QUADRO 3 – Resultados da eleição presidencial (Brasil / SC – 1994)

Candidato	Partido	Brasil (%)	SC (%)
Fernando Henrique	PSDB	44	29
Lula	PT	22	23
Enéas	PRONA	6	6
Quércia	PMDB	4	7
Brizola	PDT	3	2,5
Amin	PPR	2	19
Carlos Gomes	PRN	1	—
Alm. Fortuna	PSC	—	—
Branco + nulos	—	16	13,5

Fonte: TRE/SC

OBS: Dados aproximados

Quanto à relativamente, baixa votação de FHC (se comparada à média nacional), além de disputar uma faixa do eleitorado com um candidato local (Amin), o apoio maior à sua campanha no Estado, em termos de lideranças políticas, veio de Jorge Bornhausen, que não conseguiu uma boa votação sequer para si próprio. O PSDB, além de ser um partido de pequena significação eleitoral no Estado, esteve dividido quanto ao apoio a FHC.

A votação de Lula, pouco acima da média nacional, confirma as tendências – observadas na representação para a Câmara Federal e na votação da candidata a senadora, Luci Choinaski – de crescimento, no Estado, da base eleitoral do PT. Note-se que, enquanto no 1º turno da eleição presidencial de 1989 Lula obteve 10% dos votos em SC, em 1994 ele obteve 23%.

Brizola, por outro lado, teve uma votação decepcionante, especialmente se se considerar que ele foi o candidato mais votado no Estado no 1º turno, em 1989 (com 25% do total dos votantes).

A eleição para o Senado

Ao contrário do que acontece para a Câmara Federal, a composição da bancada catarinense no Senado tenderá mais para o crescimento à direita do espectro político-ideológico, entre 1990 e 1994. Substituindo parlamentares historicamente vinculados à esquerda catarinense – senadores Nelson Wedekin (PDT) e Dirceu Carneiro (PSDB) – foram eleitos os ex-governadores Wilson Kleinubing (PFL) e Casildo Maldaner (PMDB), que juntos com o senador Esperidião Amin compõem uma bancada substantivamente diferenciada ideologicamente da anterior.

Apesar disso, a candidata da Frente Popular, Luci Choinaski (PT), obteve uma votação muito significativa (22,7% dos votantes), quase surpreendendo o 2º colocado, ex-governador Casildo Maldaner. Ex-agricultora, ligada aos movimentos dos trabalhadores rurais e sem-terras, Luci Choinaski foi deputada estadual (1987/91) e federal (1991/95) pelo PT e, com a votação que obteve na

última eleição, credencia-se como uma das principais lideranças da esquerda no Estado.

Quanto a Kleinubing, definiu a estratégia de sair da sombra de outras lideranças (Amin e Bornhausen) para tornar-se uma liderança com peso próprio dentro da arena política estadual. Sua excelente votação (914.799 votos) aparentemente o credencia a isso, especialmente se a confrontarmos com a de Jorge Bornhausen – principal liderança do PFL –, que obteve 240.783 votos. Bornhausen, porém, domina o PFL, deixando espaço reduzido para Kleinubing. Nessa incômoda situação dentro de seu partido, uma saída possível será a mudança de sigla partidária.

A eleição para a Câmara Federal

O Quadro 4, nos mostra a evolução da correlação de forças entre as bancadas federais dos partidos, de 1982 para cá, em SC. Como se percebe, entre 1990 e 1994 há um crescimento das bancadas do PT e PDT e um declínio das bancadas do PPR e do PL.

QUADRO 4 – Deputados federais por partido – SC – 1982/94 (%)

Posição	Direita e Centro - direita				Centro	Esquerda e Centro - esquerda			Total
	PDS/PPR	PFL	PL	Total		PMDB	PT	PDT	
1982	50	—	—	50	50	—	—	—	16
1986	25	19	—	44	56	—	—	—	16
1990	31	19	6	56	31	6	6	12	16
1994	25	19	—	44	31	12,5	12,5	25	16

Fonte: TRE/ SC

O Quadro 5 compara a evolução da bancada federal catarinense, com o conjunto da representação na Câmara Federal, a partir da aglutinação dos partidos segundo seu “posicionamento ideológico”². Mesmo considerando as limitações desse tipo de aglutinação (em especial a margem de arbitrariedade na definição da posição ideológica de cada partido e, as dife-

renças ideológicas entre os parlamentares de um mesmo partido), julgamos que esse tipo de análise pode nos dar informações úteis sobre a dinâmica do sistema partidário.

QUADRO 5 – Proporções dos deputados federais eleitos, segundo o posicionamento ideológico de seus partidos (SC x Brasil – 1982 / 94)

ANO	1982		1986		1990		1994	
	Brasil (N=479)	SC (N=16)	Brasil (N=487)	SC (N=16)	Brasil (N=503)	SC (N=16)	Brasil (N=513)	SC (N=16)
Direita e centro-direita (D)	51,8	50,0	36,9	43,8	50,5	56,2	44,4	43,8
Centro	41,7	50,0	53,4	56,2	29,0	31,3	34,1	31,2
Esquerda e Centro-esquerda (E)	6,5	-	9,6	-	20,5	12,6	21,4	25,0
Diferença (D-E)	45,3	50,0	27,3	43,8	30,0	43,6	23,0	18,8

Fonte: 1982 e 1986: IUPERJ – “Que País é Este ?”; 1990: Folha de São Paulo, 29/10/90. Folha de S.Paulo, 31/1/95

OBS: A classificação dos partidos por posição político-ideológica foi feita da seguinte forma: DIREITA E CENTRO-DIREITA = PPR; PFL; PTB; PP; PL; PSD; PSC; PRP; PRN.

CENTRO = PMDB; PSDB; PMN;PV.

ESQUERDA E CENTRO-ESQUERDA = PT; PDT; PSB; PPS; PCdoB.

- 2 Embora muito se fale, especialmente nos meios de comunicação, contra a utilização da polarização “direita/esquerda” na análise política, este estudo, seguindo autores como Bobbio e Castañeda, defende sua pertinência ainda hoje. Bobbio, centra sua defesa na pertinência, da dicotomia direita/esquerda, especialmente, a partir das diferenças entre esses pólos, no que diz respeito à questão da igualdade (preocupação central no posicionamento da esquerda). A noção de “posição ideológica” aqui utilizada refere-se apenas à idéia de que os partidos, em algum grau, se diferenciam uns dos outros por seus programas, sua atuação concreta como agentes de representação popular, etc, e que essa diferenciação está relacionada, também em algum grau, à dicotomia direita/esquerda, tal como acima mencionada. Assim, embora não seja precisa, essa noção pode nos

Embora em SC, como no conjunto do país, o desempenho eleitoral dos partidos do centro para a direita do espectro ideológico oscile (entre crescimentos e declínios) de uma eleição à outra, os partidos da esquerda e centro-esquerda, vistos em conjunto, têm tido um crescimento ao longo do período. Porém, entre 1990 e 1994 este crescimento foi muito maior em SC do que no conjunto do país. Nos dois níveis (estadual e nacional) persiste o predomínio eleitoral dos partidos à direita, mas pela primeira vez (não só para o período aqui estudado, mas desde 1945) a diferença eleitoral entre direita e esquerda é menor em SC do que no conjunto do país, em termos da representação na Câmara Federal. Mesmo reconhecendo os limites de uma comparação com base em dados agregados dessa forma, deve-se reconhecer uma tendência importante delineada nestes dados.

Se compararmos a composição da bancada, catarinense com a do conjunto das regiões Sul e Sudeste utilizando esta mesma técnica de agregar os deputados eleitos de acordo com a posição de seus partidos no espectro ideológico, veremos que em 1994 a correlação de forças é razoavelmente semelhante entre SC e o conjunto daquelas regiões. Isso representa uma inflexão frente aos padrões historicamente observados. Nos períodos 1945/62 e 1966/78, o padrão de predomínio eleitoral dos partidos conservadores em SC era semelhante à média dos Estados do Norte e Nordeste. No período 1982/90 essa situação havia se modificado pouco.

A Eleição para a Assembléia Legislativa

O Quadro 6 mostra a evolução da representação dos partidos na Assembléia Legislativa catarinense de 1982 a 1994.

permitir uma aproximação de aspectos relevantes, das práticas políticas dos parlamentares e dos partidos.

A pertinência da utilização dessa polarização (E/D) na análise da política brasileira é demonstrada por vários estudos, como os de Kinzo e Figueiredo & Limongi, que mostram que a ação parlamentar dos partidos é relativamente estruturada, segundo esse eixo direita/esquerda.

QUADRO 6 –Proporções dos eleitos para a Assembléia Legislativa (SC – 1982/94)

Partidos	Direita e Centro-direita				Centro			Esquerda e Centro esquerda			
	Anos	PDS	PFL	Outros	Total (D)	PMDB	PSDB	Total (C)	PDT	PT	Outros (2)
1982	52,5	–	–	52,5	47,5	–	47,5	–	–	–	–
1986	30	15	2,5	47,5	47,5	–	47,5	2,5	2,5	–	5
1990	25	17,5	12,5	55	27,5	2,5	30	2,5	10	2,5	15
1994	35	15	2,5	52,5	25	2,5	27,5	7,5	12,5	–	20

Fonte: TRE / SC

(1) 1986 = PDC; 1990 = PL + PDC + PRN; 1994 = PL

(2) 1990 = PCB

Antes de empreender a análise dos dados, é importante considerar que o PRN em SC foi criado por um segmento do PDS ligado a Esperidião Amin, que pretendia controlar a sigla. Quando da junção do PDS e do PDC para a formação do PPR, as principais lideranças do PRN, incluindo todos os parlamentares eleitos por este partido em 1990, aproveitaram para abandonar o barco do PRN (que naufragava após o “impeachment” de Collor) e voltaram para formar o PPR junto com seus antigos companheiros de PDS. O PRN torna-se uma sigla inexpressiva: tendo eleito 3 deputados estaduais em 1990, além de 8 prefeitos e 98 vereadores em 1992, ao final de 1994 o partido contava apenas com 2 prefeitos e 35 vereadores, tendo os demais eleitos abandonado o partido. Assim, se considerarmos conjuntamente PDS, PDC e PRN (na medida em que há uma fusão dos dois primeiros e uma incorporação de grande parte do PRN no PPR), veremos que o número de deputados estaduais eleitos por estes 3 partidos em 1990 é o mesmo número de deputados eleitos pelo PPR em 1994: 14 deputados.

Feitas estas considerações, de resto há muito poucas mudanças nas representações partidárias na Assembléia Legislativa;

com exceção do PDT (que passa de 1 para 3 deputados), nenhum outro partido tem sua representação aumentada ou diminuída em mais do que 1 deputado, entre 1990 e 1994. Também no nível da Assembléia Legislativa, portanto, há um crescimento da representação da esquerda, que passa de 6 (15%) para 8 (20%) dos deputados estaduais. Ainda assim, o partido com maior representação continua sendo o PPR, que em conjunto com o PFL têm 50% dos deputados, o que denota ainda um predomínio dos partidos de direita, na Assembléia Legislativa.

Um fato a ser destacado é a redução da fragmentação parlamentar entre 1990 e 1994. Enquanto da eleição de 1990 emergem 10 partidos com representação na A.L., em 1994 apenas 7 elegem representantes. Isso acontece, em boa parte devido àquela “fusão” já mencionada (PDS/PDC + parte do PRN), entre uma eleição e outra. Quanto à relação entre Executivo e Legislativo, no começo do seu governo, o ex-governador Vilson Kleinubing contava com uma bancada de apoio de 22 deputados (55% do total), enquanto o atual governador conta com 21 (apenas um a mais do que a metade). Além disso, a bancada de sustentação de Kleinubing era mais homogênea ideologicamente (PFL; PDS; PDC; PL e PRN) do que a com que conta hoje Paulo Afonso: PFL; PL; PMDB; PSDB e PDT.

O Impacto dos Resultados Eleitorais

O principal resultado das eleições, em termos do *padrão de coalizões* no Estado, foi o rompimento da coligação conservadora que governava o Estado desde 1990 (União por SC – PPR/PFL). Os dois grandes partidos conservadores saíram com candidatos próprios no 1º turno e romperam definitivamente no 2º, quando as principais lideranças do PFL (encabeçadas por JKB) acabaram apoiando o candidato do PMDB. Embora parte do PFL tenha apoiado Ângela Amin, o rompimento Amin-Bornhausen se consolidou. O 2º turno gerou uma coligação das forças da Frente Popular com o PMDB (situação que nunca ti-

nha ocorrido no Estado), que contou também com o apoio de parte do PFL.

Pode ser útil fazer uma revisão histórica dos padrões de coligações eleitorais e das coalizões governamentais, entre 1982 e 1990, para situar melhor a novidade do atual arranjo político-partidário. Em 1982 cinco partidos disputaram isoladamente o governo do Estado. O PDS venceu (com Amin) e elegeu a maioria (21) dos deputados estaduais, com os quais Amin governou. Em 1986 Pedro Ivo foi eleito governador pelo PMDB, que concorre sozinho. A bancada eleita pelo PMDB na Assembléia Legislativa representava 47,5% dos deputados, sendo necessário cooptar mais dois para formar maioria. O PMDB vai governar praticamente sozinho, fazendo concessões isoladas e não a nível partidário. Em 1990 Wilson Kleinubing é eleito pela União por SC – uma coligação nucleada pelo PPR e pelo PFL, mas que contava ainda com PTB, PDC, PSC e PL. As bancadas do PFL e PPR juntas representavam 42,5% e PL, PDC, mais o PRN (que havia saído separado mas vai formar a base de apoio parlamentar) tinham mais 12,5% dos deputados. Ou seja, até aqui, em termos de governo estadual, houve revezamento entre o bloco conservador (nucleado por PPR e PFL) e o PMDB, que disputavam as eleições em lados opostos e governavam basicamente a partir de suas próprias bases parlamentares. O centro-esquerda concorria por fora e não pesava nas coalizões governamentais.

Agora, a partir dos realinhamentos do 2º turno e dos resultados para o governo do Estado e para a Assembléia Legislativa, forma-se uma ampla coalizão nucleada, ao centro pelo PMDB, mas que envolve o PSDB, o PDT, o PL e a maioria do PFL. Isso rompe, de um lado, com a coalizão conservadora em torno do PPR e PFL e, de outro, com a coalizão que vinha formando a Frente Popular (em torno de PT e PDT).

Essa mudança certamente terá reflexos importantes nas eleições municipais de 1996 e, provavelmente nas eleições de 1998. Se no nível municipal o padrão das coligações seguido nos

diversos municípios não é tão rígido como no nível estadual, de qualquer forma houve em 1992 (por exemplo) uma certa predisposição para os partidos que compunham a USC, no plano estadual, manterem essa coligação no plano municipal (o mesmo ocorrendo com os partidos da FP). A expectativa para 1996, dado o quadro atual, é de uma variação ainda maior dos tipos de coligações (em termos da posição ideológica dos partidos), devendo as decisões serem pautadas ainda mais pelo pragmatismo.

Do ponto de vista dos *partidos*, individualmente, saem vitoriosos: o PMDB, que elegeu o governador e um senador, não alterando muito suas bancadas de deputados, e, o PT, que além de aumentar suas bancadas para a Assembléia Legislativa (de 3 para 5) e para a Câmara Federal (de 1 p/ 2), teve, com Luci Choinaski, uma grande votação para o senado. (O 2º turno serviu para flexibilizar a política de alianças do PT, que apoiou, criticamente, o candidato do PMDB. Frente à política estreita de alianças do partido no Estado, este fato indica uma mudança de posição, seguindo a tendência nacional do partido).

Saem derrotados

- a) a União por Santa Catarina (especialmente o PPR), por ter perdido o governo do Estado, frente a um quadro inicial em que havia poucas dúvidas quanto à vitória (com Esperidião Amin como candidato). Mas nos demais níveis não houve grandes estragos: o PPR perde um deputado federal, mas ganha um estadual, fazendo a maior bancada p/ a Assembléia Legislativa. Quanto ao PFL, perde um deputado estadual, mas elege um senador. Além disso, o PFL passa a compor, embora minoritariamente, o governo estadual, e mantém, com a vitória de Fernando Henrique, cargos federais no Estado, o que minimiza a perda do governo estadual.

- b) o PSDB, que além de continuar apenas com 1 deputado estadual e sem representante na Câmara Federal, perde um senador. Continua um partido unitário e duas de suas principais lideranças – Jaison Barreto e Dirceu Carneiro – se afastam da política.

Além disso, na campanha o partido se dividiu, na definição das coligações, tanto a nível estadual quanto a nível nacional. Enquanto o grupo comandado pelo senador Dirceu Carneiro defendia uma coligação preferencialmente com o PMDB no Estado e se manifestou contra a candidatura de FHC para a presidência pela aliança PSDB - PFL, o ex-deputado Vilson de Souza trabalhou na articulação da Frente Popular (PDT - PT - PPS - PCdoB - PSDB) no Estado, ao mesmo tempo que defendeu o apoio à candidatura de FHC. A proposta de compor a Frente Popular no Estado saiu vitoriosa; no que se refere ao pleito presidencial, o partido acabou por não tomar uma definição oficial em Convenção. Assim, enquanto a ala liderada por Dirceu continuou a criticar a aliança com o PFL, Vilson de Souza apoiou FHC. As bases se dividiram, crescendo o apoio a FHC, à medida em que este crescia nas pesquisas. O pequeno peso do partido no Estado; sua divisão interna e o apoio decidido de Jorge Bornhausen (um dos articuladores da aliança a nível nacional) a FHC, fizeram com que o partido perdesse o comando da campanha de FHC, em SC, para o PFL. Como reflexo de todo esse quadro, o PSDB não está se beneficiando da vitória de um correligionário seu para a presidência da República.

As expectativas pós-eleitorais do PSDB no Estado não são boas, portanto: lideranças importantes como Dirceu Carneiro e Jaison Barreto sequer disputaram as eleições e talvez encerrem suas carreiras políticas. Por outro lado, pode ocorrer um inchamento do partido; neste caso, a possibilidade de entrada de políticos de perfil mais conservador e menos fisiológico é agravada pelo enfraquecimento da ala mais “progressista” do partido, que poderia contrabalançar aquela tendência.

Quanto ao PDT, perde um senador (Nelson Wedekin, principal liderança do partido), mas amplia o número de deputados estaduais (1 p/ 3) e federais (1 p/ 2). Estes últimos, além de ter um perfil ideológico indefinido, não têm peso estadual, como Wedekin.

Na correlação de forças entre os partidos, a partir de sua posição no espectro ideológico, houve um crescimento da esquerda (PT e PDT) nas eleições proporcionais. Nas eleições majoritárias, embora a candidata do PT ao Senado tenha ido bem, não foi eleita e 2 senadores historicamente situados à esquerda perderam seu mandato. Este é um problema dos partidos de esquerda, no Estado, que se manteve nesta eleição: não dispõem de lideranças de peso estadual para competir com gente do peso dos Amin, Kleinubing ou das principais lideranças peemedebistas. Sua representação no Legislativo depende de um certo número de lideranças regionais com votações de tamanho médio, que somadas dão aos partidos suas cadeiras. Isso mostra certa pujança destes partidos, refletindo sua penetração em determinados segmentos eleitorais, mas ao mesmo tempo sua debilidade frente aos pleitos majoritários para o Executivo (inclusive municipal, no caso do PT).

Do ponto de vista das lideranças, o principal derrotado foi Esperidião Amin, que além de ter uma votação inexpressiva no país na eleição presidencial, não conseguindo puxar votos para os candidatos de seu partido, sofreu uma derrota também para o governo do Estado (onde ninguém duvidava de sua vitória, se saísse como candidato). Além disso, foi considerado o principal responsável pelo rompimento da USC e, conseqüentemente, pela perda do governo do Estado. Mas não está morto: fez uma votação considerável em SC (19%); sua mulher teve uma ótima votação, apesar da derrota; e seu partido fez a maior bancada na Assembléia Legislativa, com 14 dos 40 deputados estaduais (35% do total).

Jorge Bornhausen por um lado sai desgastado: teve uma votação baixa para o governo (8,8%) e seu partido saiu dividido das eleições. Por outro lado, conseguiu influenciar o resultado do

2º turno e com isso ter influência também na composição do governo estadual (indicou sua filha como Secretária de Estado, além de outras pessoas de sua confiança para o 1º, 2º e 3º escalões). Além disso, por ter sido o principal apoio de FHC no Estado, cresce seu prestígio junto ao atual presidente. Bornhausen confirmou sua fama de “ruim de voto, mas bom de articulação política”.

Importantes lideranças históricas da esquerda saem com o prestígio abalado: o ex-senador Dirceu Carneiro (PSDB) sequer se candidatou às eleições; Jaison Barreto (PSDB) desistiu da candidatura no meio da campanha. Nelson Wedekin obteve uma baixa votação (7,3%); só não sai mais desgastado pelo apoio decidido a Paulo Afonso no 2º turno, o que lhe rendeu a presidência do BRDE, de onde poderá manter alguma perspectiva política futura.

Saem vitoriosos dessa eleição:

- Paulo Afonso (PMDB): eleito governador aos 36 anos e conseguindo aglutinar em torno de si uma ampla coalizão, no 2º turno e no governo, certamente passa a ser figura-chave na política estadual;
- Ângela Amin (PPR), que apesar de não vencer a eleição, se saiu muito bem, conquistando uma posição de relevo, que não possuía antes das eleições;
- Vilson Kleinubing (PFL), que teve quase 4 vezes mais voto do que a principal liderança de seu partido, Jorge Bornhausen. Kleinubing pretendia tornar-se uma liderança com peso próprio, independente de Amin ou Bornhausen e sua votação consolida essa pretensão. Seu problema é que o PFL tem dono (Bornhausen) e sua estratégia pode ser sair do partido, indo, por exemplo, para o PSDB. Há, nesse sentido, uma forte pressão do Diretório Nacional do PSDB para que ele se filie ao partido, embora haja muitas resistências no nível regional do partido.

- Luci Choinaski, candidata do PT ao Senado, se consolida como principal liderança de esquerda em SC. Além de ter uma ótima votação (ficando muito próxima do 2º colocado, ex-governador do PMDB), ela se firma num momento em que lideranças históricas da esquerda catarinense estão em declínio.
- Luiz Henrique da Silveira (PMDB), sai das urnas fortalecido por quase 100.000 votos, sendo o deputado federal mais votado em SC.

Resulta das últimas eleições, em Santa Catarina, um *sistema partidário* com 3 grandes partidos (PMDB, PPR e PFL) e 2 partidos de porte médio (PT e PDT). Os demais partidos são eleitoralmente irrelevantes, podendo adquirir alguma importância política apenas em situações de grande equilíbrio entre aquelas forças em jogo. É o que acontece agora, quando o único deputado estadual eleito por um destes pequenos partidos (PL) é importante para a formação de maioria na Assembléia Legislativa.

Como já foi visto, mesmo tendo havido redução do número total de partidos representados na Assembléia Legislativa, a sustentação de Paulo Afonso se apóia numa maioria muito escassa e ao mesmo tempo muito heterogênea, frente à uma oposição que reúne 19 dos 40 deputados em apenas dois partidos (PPR e PT), em relação aos quais haverá dificuldades relativamente fortes de cooptação. Algumas das votações ocorridas até agora indicam que, mesmo com posições opostas, PPR e PT podem se unir para tentar derrotar o governo na Assembléia Legislativa. Mesmo considerando que no Brasil a relação entre um governador e os deputados estaduais costuma ser mais fácil do que a de um presidente com o Congresso, todo esse quadro sugere que o processo de negociação com os parlamentares para aprovação das propostas governamentais se dará caso a caso, provavelmente com custos elevados, podendo comprometer a racionalidade administrativa do novo governo.

O problema da governabilidade, pelo menos no aspecto que se refere à necessidade do poder Executivo contar com o apoio de maiorias parlamentares, não se vincula só, nem princi-

palmente, ao número de partidos existentes (ou relevantes nos planos eleitoral e parlamentar), mas a uma série de outros fatores, entre os quais, a configuração ideológica do sistema partidário existente; a distribuição das preferências do eleitorado entre esses partidos (e candidatos) que se apresentam para a disputa eleitoral; a habilidade das lideranças para estabelecer composições políticas; o poder de cooptação do Executivo frente ao Legislativo, etc... Do conjunto desses fatores pode resultar maior ou menor dificuldade para obtenção de maiorias.

A comparação entre as eleições, de 1990 e 1994 pode ilustrar como o problema da governabilidade (visto aqui apenas sob o prisma da obtenção de maioria parlamentar) depende menos do número de partidos do que dos outros fatores: enquanto, como resultado das eleições de 1990, tivemos 10 partidos representados na Assembléia Legislativa, temos agora apenas 7. No entanto, como resultado das coligações feitas e das escolhas do eleitorado, foi mais fácil, para o governo Kleinubing, obter uma maioria governamental do que está sendo, para o governo Paulo Afonso.

Voto e contexto Sócio-Geográfico³

Nesta seção serão apresentados os resultados de dois estudos, que analisam: a) a correlação entre o voto e certas variáveis sócio-geográficas (urbanização; industrialização e alfabetização) e, b) a existência de um certo padrão de consistência do voto, a partir dos resultados eleitorais agregados a nível municipal.

3 Utilizamos aqui a denominação “contextos sócio-geográficos”, utilizada por Lamounier, em LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F. H. (Os Partidos e as Eleições no Brasil, Paz e Terra, 1978), para designar contextos sócio-econômicos diferentes, em relação à urbanização, industrialização e alfabetização (contextos cujas bases geográficas são os municípios). Boa parte da literatura utiliza a expressão “análise ecológica”, para designar o tipo de análise que é feita aqui.

Correlação entre voto e variáveis sócio-geográficas

Trata-se de testar a hipótese de que há um relativo grau de determinação do voto pelo contexto sócio-geográfico⁴. Mais especificamente, a hipótese subjacente é a de que em municípios mais urbanizados e/ou industrializados, e/ou de maior nível de alfabetização haja uma tendência ao voto nos partidos à esquerda do espectro partidário, maior do que em contextos opostos, conforme tendência já apontada em vários estudos anteriores, a nível nacional – LAMOUNIER (1980), LAMOUNIER e CARDOSO (1978), SOARES (1973) – e mesmo para SC em outros períodos – CARREIRÃO (1990).

Os quadros 7 e 8 mostram os índices de correlação entre, de um lado, indicadores de urbanização (população total), industrialização (consumo de energia industrial) e alfabetização (taxa de alfabetização da população de 15 anos e mais) dos municípios e, de outro, o voto nos principais candidatos majoritários.⁵

-
- 4 A hipótese será testada através da análise de correlação simples, que consiste em verificar se há variação recíproca entre duas variáveis, através do cálculo de coeficientes de correlação (r de Pearson), a partir de uma equação que leva em conta um certo número de escores de cada um dos indicadores. O coeficiente r pode variar de -1 a $+1$. Coeficientes próximos a zero são indicativos de uma baixa correlação entre as variáveis. O sinal positivo indica que as duas variáveis crescem num mesmo sentido, enquanto o sinal negativo indica que as variáveis crescem no sentido inverso. Exemplificando, um coeficiente de correlação positivo entre o PMDB e urbanização indica que, este partido tende a ter melhores votações (proporcionalmente) nos municípios mais urbanizados, do que nos menos urbanizados. Embora do ponto de vista estritamente estatístico a existência de uma correlação entre duas variáveis não nos indique necessariamente uma relação causal entre elas, a partir da mediação da análise propriamente política tomei como pressuposto (cujas razões são explicitadas na bibliografia pertinente ao assunto) que o contexto sócio-geográfico influencia o comportamento eleitoral. Este pressuposto será testado, verificando-se assim, o grau efetivo de influência dessas variáveis sobre o voto em SC, no período em estudo.
 - 5 Utilizamos as eleições majoritárias pela maior facilidade de operacionalização dos dados obtidos junto ao TRE/SC. Nos restringimos aos principais candidatos, também por economia de tempo e pela pouca importância de alguns outros candidatos majoritários.

Uma primeira constatação é a dos baixos índices de correlação, indicando uma baixa influência dos contextos sobre o voto nestes níveis eleitorais. Apesar disso, pode-se perceber que em contextos de maior grau de alfabetização da população, há uma maior tendência para o voto em candidatos mais à direita do espectro ideológico. Um outro ponto é a diferença, frente às correlações com urbanização e industrialização, entre, de um lado, FHC e Lula e, de outro Amin: enquanto os dois primeiros têm tendência ligeiramente maior para melhores votações em contextos de maior urbanização e industrialização, Amin obtém sua votação preferencialmente de áreas inversas (rurais).

QUADRO 7 – Correlação: contexto sócio-geográfico x voto (Presidente e Senador em SC) em 1994

Candidatos	Presidente			Senador	
	FHC	Lula	Esperidião Amin	Vilson Kleinubing	Luci Choinaski
Industrialização	0,08	0,07	-0,09	0,05	0,01
Urbanização	0,14	0,07	-0,14	-0,02	0,07
Alfabetização	0,20	0,01	0,22	0,35	0,05

QUADRO 8 – Correlação: contexto sócio-geográfico x voto (Governador – 1º e 2º Turno – SC) 1994.

Turnos	1º				2º	
	Ângela Amin	Paulo Afonso	Jorge Bornhausen	Nelson Wedekin	Paulo Afonso	Ângela Amin
Industrialização	- 0,03	- 0,02	- 0,02	0,01	- 0,02	- 0,03
Urbanização	- 0,12	- 0,01	0,02	0,02	- 0,01	- 0,08
Alfabetização	0,21	0,04	0,11	0,14	- 0,02	0,15

As tendências são, em geral, semelhantes às da tabela anterior: baixíssimos índices de correlação; correlações negativas de Ângela Amin com urbanização e industrialização; correla-

ções positivas de Ângela Amin com alfabetização. A principal diferença é que um candidato mais à esquerda – Wedekin – também tem índice positivo com alfabetização.

Como conclusões mais gerais, deste estudo, percebe-se, em 1º lugar que, talvez pela inexistência de grandes contrastes em termos de desenvolvimento sócio-econômico, internamente ao Estado (comparativamente a outros Estados), as diferenças de urbanização, industrialização e nível de alfabetização entre os municípios catarinenses não apresentaram uma influência muito forte sobre o voto em 1994, assim como já ocorreu no período 1982/90. Apesar disso, é possível apontar maiores tendências de voto para o PPR e o PMDB em contextos de menor urbanização, industrialização, refletindo em parte sua estruturação em todo o Estado. Quanto à tendência de maiores índices de correlação com alfabetização por parte dos candidatos mais à direita, uma explicação possível é a de suas boas votações nas regiões de colonização alemã (particularmente no Vale do Itajaí), que têm taxas de alfabetização mais altas e onde os partidos mais à esquerda têm tido dificuldades para se desenvolver.

Quanto ao PT, seus índices muito baixos podem se dever ao seguinte fato: apesar de, em algumas das principais cidades do Estado obter boas votações (comparativamente ao conjunto do Estado), sua maior força eleitoral, em termos relativos, vem da região Oeste, de base rural, devido ao peso dos movimentos populares influenciados pela ação da ala progressista da Igreja. Assim, as duas tendências têm efeitos contrários, praticamente anulando, a influência das variáveis estudadas, no conjunto dos municípios.

b) Padrão de “consistência” do voto

Com base nas votações dos candidatos majoritários por município, nosso intuito é, verificar se há uma tendência, de em municípios com boa votação em Lula, haver também uma boa votação para Luci Choinaski (candidata a senadora pela Frente Popular), ou se há alguma continuidade de “posicionamento ideo-

lógico” (ver nota 2) entre o voto no 1º e 2º turnos para governador. Este estudo também será feito através da análise de correlação entre as votações dos candidatos, com base nos resultados.

Embora só a análise dos dados relativos aos eleitores (individualmente) possam nos dar segurança quanto à “consistência” do voto, não há disponibilidade desses dados. A opção metodológica adotada (análise de correlação entre dados agregados ao nível municipal) pode nos dar uma indicação sobre a existência (ou não) de uma certa “consistência” do voto.

Os Quadros 9, 10 e 11 mostram os índices de correlação entre as votações dos principais candidatos aos pleitos majoritários.

O Quadro 9 mostra a correlação entre as votações dos principais candidatos à presidente, de um lado, e as votações dos candidatos ao Governo (1º turno) e alguns candidatos ao Senado, de outro.

QUADRO 9 – Correlação: votos para Presidente x Governador (1º Turno) e para Senador em SC (1994)

Presidente	Governador (1º Turno)				Senador	
	Ângela Amin	Paulo Afonso	Jorge Bornhausen	Nelson Wedekin	Vilson Kleinubing	Luci Choinaski
Lula	- 0,27	0,28	0,28	0,76	- 0,25	0,90
FHC	0,37	0,01	0,50	0,03	0,54	-0,34
Amin	0,88	0,12	0,26	0,26	0,61	-0,01

OBS: F. P. = Frente Popular = PDT/PT/PSDB/PSB/PPS/PCdoB

Embora não haja uma correspondência total, há uma forte tendência no seguinte sentido: correlações positivas e altas entre as votações de candidatos de mesmo partido ou de posições político-ideológicas semelhantes, frente à correlações menores ou

mesmo negativas entre candidatos de posições político-ideológicas diferentes.

Assim, vemos que a correlação da votação de Ângela Amin, no 1º turno com a votação de Lula é negativa (embora de intensidade relativamente baixa), sendo positiva com a de FHC e Esperidião Amin (para este último, a correlação é muito alta). Ou seja, tendencialmente, municípios com boa votação para Ângela, também foram para FHC e especialmente para Esperidião Amin, não tendo sido para Lula. Tendência muito semelhante ocorre com as correlações das votações de Kleinubing. Se tomarmos as de Luci Choinaski, veremos que o fenômeno se repete (só que, claro, com sinais trocados). Enquanto as correlações das votações de Luci com as votações de Amin e FHC foram negativas, a correlação com a votação de Lula foi altíssima. Quanto a Jorge Bornhausen, Nelson Wedekin e Paulo Afonso, embora tendo correlações positivas com as votações dos 3 candidatos à presidência, tiveram maiores índices, com aqueles dos quais mais se aproximavam ideologicamente (a correlação entre as votações de Wedekin e Lula, foi também muito alta e positiva).

O Quadro 10 mostra as correlações entre os candidatos ao Governo (1º turno) e alguns candidatos ao Senado.

QUADRO 10 – Correlação: votos p/ Governador (1º Turno) X Senador (SC – 1994)

Governador	Senador	
Candidatos	Luci Choinaski	Vilson Kleinubin
Ângela Amin	-0,22	0,59
Paulo Afonso	0,30	-0,10
Jorge Bornhausen	0,37	0,45
Nelson Wedekin	0,80	0,12

Como se pode ver, as tendências são no mesmo sentido já apontado no Quadro 9. Assim, enquanto a correlação da votação de Ângela Amin com a de Wilson Kleinubing é positiva, com a de Luci Choinaski é negativa. O inverso se dá com Paulo Afonso, que tem correlações positivas com a votação de Luci e negativas com a de Kleinubing. Quanto a Bornhausen e Wedekin, embora tendo correlações positivas com as dos dois candidatos ao Senado, têm índices maiores com aqueles de quem se aproximam mais ideologicamente (o índice de correlação de 0,80 entre Wedekin e Luci, é bastante alto).

Através do Quadro 11 tentamos verificar a existência de uma continuidade dos alinhamentos político-ideológicos do eleitorado, entre o 1º e o 2º turnos.

QUADRO 11 – Correlação: Votos p/ Presidente, Governador (1º Turno) e Senador x Governador (2º Turno) em SC – 1994

1º Turno Candidatos	Governador (2º Turno)	
	Paulo Afonso	Ângela Amin
Lula	0,45	- 0,27
FHC	- 0,15	0,48
Amin	- 0,16	0,73
Ângela Amin	- 0,33	0,80
Paulo Afonso	0,67	- 0,24
Bornhausen	0,14	0,32
Wedekin	0,40	0,08
Kleinubing	- 0,29	0,69
Luci Choinaski	0,46	- 0,17

As tendências mais gerais mostram que aquela tendência de uma certa estruturação “ideológica” do voto no 1º turno, entre as votações nos diversos níveis eleitorais, ocorre também no comportamento eleitoral entre o 1º e o 2º turno, a partir do ponto

de vista aqui analisado, ou seja, das votações agregadas a nível municipal.

Assim, por exemplo, as correlações entre as votações de Lula, Luci e Paulo Afonso, no 1º turno, com a votação de Paulo Afonso, no 2º turno, foram positivas, enquanto com as de Ângela Amin (2º turno) foram negativas. O inverso ocorre com as votações de Esperidião e Ângela Amin, Kleinübing e Fernando Henrique, que tiveram correlações positivas com a de Ângela e, negativas com a de Paulo Afonso, no 2º turno. Nota-se que, em termos de contextos favoráveis, a candidatura de FHC se aproximou mais dos candidatos à direita do que dos à esquerda. Bornhausen e Wedekin, também aqui, têm correlações positivas com as votações dos dois candidatos a governador no 2º turno, porém cada um, com índices maiores para com aquele que é mais próximo ideologicamente.

Note-se ainda, as altas correlações entre as votações de Esperidião e Ângela Amin (no 1º turno), com as desta última, no 2º turno. Embora rigorosamente não se possa tirar conclusões para os eleitores individualmente, a partir da análise ecológica dos dados, é possível formular a hipótese de uma razoável “fidelidade” do voto entre os eleitores dos Amin.

Em menor grau e de forma adaptada, essa hipótese poderia ser estendida aos demais candidatos, a partir do conjunto dos dados analisados. É certo que só pesquisas de outro tipo (“surveys” e pesquisas qualitativas junto ao eleitorado) permitiriam afirmações conclusivas neste sentido, mas o que os dados analisados indicam é que, se não há uma correspondência total, em termos ideológicos, entre as votações dos candidatos (consideradas de forma agregada ao nível municipal) nos diversos níveis eleitorais e entre os dois turnos da votação, os indícios aqui percebidos também não permitem corroborar a hipótese de que o eleitorado é totalmente amorfo, sem nenhum direcionamento ideológico, votando em candidatos de tendências políticas totalmente contrárias.